

MOÇÃO

APOIO À LUTA DOS PROFESSORES E EDUCADORES;

EXIGÊNCIA DE NEGOCIAÇÕES SÉRIAS E CONCLUSIVAS

Um dos princípios basilares das relações de trabalho é que os contratos estabelecidos entre as entidades patronais, privadas ou públicas, e os trabalhadores têm de ser respeitados e cumpridos de boa fé.

O governo português, através do Ministério da Educação, fez publicar, mesmo sem a total concordância dos professores e educadores, um Estatuto de Carreira Docente; apesar de várias alterações a que o ECD tem estado sujeito, ele contempla, entre outras matérias, as regras de progressão dos docentes ao longo da sua carreira.

Abusivamente, e reclamando situações de emergência financeira, o governo de José Sócrates impôs que entre 30 de Agosto de 2005 e 31 de Dezembro 2007 o tempo de serviço prestado pelos docentes não contasse para a progressão na carreira; posteriormente o governo PSD/CDS entre 2011 e 2015 estendeu este roubo a toda a administração pública, situação que foi ainda mantida nos anos de 2016 e 2017, já com o governo do PS .

Decisões impostas unilateralmente e que os trabalhadores da administração pública, nomeadamente os professores e educadores, sempre contestaram.

As situações de emergência são por natureza transitórias; uma vez superadas, impõe-se o regresso à normalidade. E a normalidade é o respeito pelo que está contratualizado, princípio que o governo minoritário do PS, em 2018, aceitou para as carreiras gerais na administração pública, contando-lhes para efeitos de progressão todo o tempo “roubado”, mas que se recusa a aceitar para um outro conjunto de carreiras, nomeadamente a dos professores e educadores.

Contrariamente ao que tem sido maliciosamente propalado, os professores e educadores não estão a exigir retroativos, mas apenas que sejam colocados nos escalões em que estariam, por direito, se não tivesse havido tempo “roubado”.

Dando sinal de uma profunda consciência social e patriótica, os sindicatos dos docentes aceitaram, desde o início, que esta recuperação fosse diluída ao longo de vários anos, nomeadamente até 2023. Num processo negociado.

Infelizmente, a intransigência do governo, que parece não querer negociar seriamente esta matéria, obrigou os sindicatos dos docentes a recorrerem várias formas de luta que, neste momento adquiriu a forma de greve às avaliações. Apesar do enorme sucesso desta greve - a esmagadora maioria das reuniões não se têm realizado- o governo permanece na sua inqualificável intransigência.

Os sindicatos mais representativos dos docentes, numa atitude de enorme seriedade profissional, não abrangeram nos seus pré-avisos de greve as reuniões dos anos de exame, de modo a protegerem os alunos, particularmente no acesso ao ensino superior.

A esta atitude profissionalmente séria, ética e patriótica, o governo contrapõe o arrastar do conflito, a deterioração do ambiente de trabalho nas escolas, a ameaça do recurso a serviços mínimos, numa atitude de enorme falta de respeito para com professores, alunos e pais.

Analisada a situação, o 8º Encontro da Inter-Reformados de Lisboa,

- manifesta o seu apoio à luta dos professores e educadores na exigência da contagem de todo o tempo de serviço prestado, nos termos previstos no Estatuto de Carreira Docente, documento que regula as relações laborais entre os docentes e o Estado. E sublinha que igual exigência se aplica a outras carreiras para as quais o governo também não quer contar o tempo de serviço roubado.

- Denuncia o comportamento do governo minoritário do PS como violador dos direitos laborais dos docentes e de vários setores da administração pública

- Apela a que o governo e a Assembleia da República correspondam à seriedade negocial que os sindicatos dos professores têm evidenciado, criando as condições para solucionar um conflito que pode por em causa o serviço que a Escola Pública têm de proporcionar ao país.

Lisboa 22 de Junho de 2018